



< EDUCAÇÃO **JÁ** >

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

RIO DE JANEIRO



2023 - 2026

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Rio de Janeiro, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE CLÁUDIO CASTRO

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discursos e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO DE JANEIRO

Traz contribuições para a agenda educacional do Rio de Janeiro, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE CLÁUDIO CASTRO

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Cláudio Castro, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** A valorização dos profissionais da Educação;
- B.** Investimentos em tecnologia e modernização do ensino;
- C.** Ampliação da oferta da modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
- D.** A garantia de novos investimentos para a implementação do Novo Ensino Médio, com vistas a fomentar o protagonismo juvenil;
- E.** A modernização da infraestrutura escolar, privilegiando a implantação de escolas interculturais, que têm como cerne o intercâmbio cultural com outros países.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Rio de Janeiro:

- A.** Ações voltadas para mitigação dos efeitos da pandemia na Educação do estado, e em especial voltadas para o combate à evasão escolar, recomposição das aprendizagens, garantia da segurança alimentar dos alunos e apoio à saúde mental dos estudantes e profissionais da Educação;
- B.** Fortalecimento do regime de colaboração com os municípios, através de apoio na implementação de políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

- C.** Implementação do ICMS-Educação (atualmente em discussão na Assembleia Legislativa – Projeto de Lei Nº 6.358/2022) e de programas de descentralização de recursos para as escolas;
- D.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- E.** Ações para efetivar a implementação da Política Estadual pela Primeira Infância, já criada em Lei em 2021 (Lei nº 9.503/2021). Esta é uma medida essencial para um atendimento de fato intersetorial e integrado no estado;
- F.** Criação de um programa de alfabetização na idade certa, em regime de colaboração com os municípios;
- G.** Ações voltadas para a expansão das escolas em tempo integral;
- H.** Ações para contribuir para a promoção de uma Educação mais diversa, inclusiva e antirracista.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO DE JANEIRO

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens e ações de acolhimento e saúde mental

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. O Rio de Janeiro promoveu, nos últimos anos, duas ações importantes para combater o abandono escolar: o programa Mulheres Apoiando a Educação (M.A.E) em 2022 e o programa Renda Melhor Jovem (PRMJ) em 2021. O primeiro consiste na contratação de mães ou responsáveis legais dos estudantes, bem como de assistentes sociais, para conduzirem campanhas de busca ativa escolar. Já o segundo, tem como principal pilar o pagamento de benefícios financeiros para os estudantes de famílias vulneráveis que concluem o Ensino Médio, sendo que as transferências são realizadas após a aprovação em cada uma das séries. **Para os próximos anos, é importante avaliar o impacto desses programas e se a continuidade deles faz sentido em um cenário pós-pandemia.** Programas de transferências de renda condicionados à frequência/conclusão podem ser estratégias importantes para manter os estudantes na escola e já vem sendo implementadas em outros estados, de modo que ampliar e fortalecer o PRMJ pode ser uma medida relevante.
2. Em 2021, a secretaria de Educação investiu em ferramentas de ensino remoto para reforço escolar, a exemplo do “Applique-se” e do “Suporte de Aprendizagem Paralela (Saps)”. Ainda que estas iniciativas sejam relevantes, é fundamental considerar que os estudantes tiveram grandes perdas de aprendizagem em razão da pandemia, de modo que **a estruturação de uma estratégia robusta de recomposição de aprendizagens é central.** Essa política deve abarcar diversos elementos, tais como expansão da carga horária, aulas de reforço e recuperação, formação de professores e avaliações diagnósticas.
3. Investir em **ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação** é fundamental. Para além disso, é importante haver uma **atuação intersetorial com outros serviços**, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.

4. Seguir ampliando e qualificando os investimentos na **alimentação escolar dos estudantes**.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) **Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado**

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Rio de Janeiro, as redes municipais são as responsáveis por 100% das matrículas na Educação Infantil, 99% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 72% nos Anos Finais. Tendo em vista essa divisão de matrículas, cabe ao governo estadual não apenas focar seus esforços nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, mas sim **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional**.
2. Atualmente, a colaboração entre o governo estadual e os municípios do Rio de Janeiro se dá de forma frágil e pontual, em apenas algumas áreas, como por exemplo no repasse de recursos via convênios e na oferta de cursos para professores alfabetizadores das redes municipais (Programa Rio+Alfabetizado). **É fundamental que o estado estabeleça programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, especialmente nas áreas primeira infância e na alfabetização**. Os programas cearenses Mais Infância e Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa (Paic) podem ser referências para a criação de políticas centrais para o avanço da Educação fluminense.

2) **Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação**

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação servidores da secretaria de Educação, incluindo os profissionais das Diretorias Regionais.
2. Fortalecer a **gestão estratégica da secretaria**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo. É importante que o planejamento estratégico seja apresentado já nos primeiros meses da gestão, a fim de orientar as ações para os próximos anos.

3. **Aprimorar a capacidade administrativa da secretaria de Educação**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes (o sistema Matrícula Fácil é um bom exemplo nesse sentido e deve ser fortalecido).
4. **Fortalecer as 14 Diretorias Regionais**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas estaduais e às redes municipais.
5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, **assegurando uma gestão democrática baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito** entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a Secretaria da Educação das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade**

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. Atualmente, o Rio de Janeiro é um dos pouquíssimos estados que ainda não aprovou uma lei estabelecendo mudanças na distribuição da cota-parte do ICMS destinado aos municípios, inserindo critérios baseados em indicadores educacionais, como prevê a Constituição Federal (Emenda Constitucional nº108). Há um Projeto de Lei em tramitação na Assembleia Legislativa (Projeto de Lei nº 6.358, de 2022, enviado pelo poder executivo), que aguarda para ser aprovado. A medida prevê que 10%, dos 35% da cota-parte municipal discricionária, devem ser distribuídos com base em critério educacional. Após a aprovação da medida na ALERJ é necessário avançar na regulamentação, definido critérios adequados para mensurar o avanço educacional dos municípios, levando em conta principalmente indicadores de aprendizagem e equidade. **A aprovação e implementação do ICMS-Educação é fundamental para induzir o avanço da qualidade da Educação** dos municípios do estado do Rio de Janeiro.
2. Em 2021, a secretaria de Educação instituiu o Programa de Valorização e Incentivo ao Aprimoramento da Educação Básica (Proviaeb), que tem como objetivo premiar as redes de ensino municipais que atingirem ou superarem a meta do Ideb. A adesão ao programa é voluntária, por meio de convênios, que preveem repasses de até R\$ 1 milhão que podem ser aplicados em diversas políticas educacionais. Nos próximos anos, seria importante **avaliar o impacto do programa nos resultados educacionais dos municípios e como este recurso tem sido usado pelas redes**. Em caso de continuidade, pode-se incluir outras ações no escopo do programa, como, por exemplo, premiar as

redes que bateram as metas e prever que elaborem acordos de cooperação técnica e pedagógica com redes de pior desempenho, que também podem receber recursos do governo estadual para melhorarem seus resultados.

3. Também seria importante instituir um **mecanismo de autonomia financeira e descentralização de recursos para as escolas estaduais**, principalmente para gastos recorrentes, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) Professores - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso do Rio de Janeiro foi em 2014) ou por processo seletivo simplificado (nos últimos anos, por conta do Regime de Recuperação Fiscal, o percentual de professores com contratos temporários tem aumentado de forma significativa). Também ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (exemplo: demonstração de aula/prova prática, que não estiveram presente no certame de 2014). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. Mesmo com o reajuste de 10% concedido ao funcionalismo público em 2022, visando recompor as perdas de renda por conta dos anos sem reajuste, ressalta-se a importância de **atualizar a tabela de vencimentos dos professores da rede estadual a fim de equiparar o valor ao piso nacional da categoria**, que em 2022 ficou definido em R\$ 3.845. Atualmente, o Rio de Janeiro paga um vencimento inferior ao piso nacional (por exemplo, R\$ 2.125,70 para professores Doc II nível I, com carga horária de 40 horas). Ademais, **para além de oferecer salários competitivos, é importante aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei nº 1.614, de 1990), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.

3. É importante que a secretaria trabalhe em um plano visando **garantir uma rotina e condições**

de trabalho adequadas aos professores, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação. Na rede estadual, ainda existem muitos professores efetivos com carga horária inferior a 20 horas. Neste sentido, editais internos para ampliação de carga horária, podem ser relevantes para garantir jornadas completas dos docentes.

4. Fortalecer as **políticas de formação continuada**, garantindo que as políticas sejam **alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede** e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola. Atualmente, a secretaria de Educação oferece dois modelos de formação continuada, um ofertado pela própria Seeduc, de forma regular ao longo do ano letivo, e outro com foco no aperfeiçoamento acadêmico desses profissionais (cursos de extensão e pós-graduação), por meio de cursos ofertados em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) através do programa UniverSeeduc. **Aprimorar esses programas, em diálogo com o corpo docente**, é central para garantir professores mais preparados em sala de aula.

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria poderia **criar um programa de estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar**

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. De acordo com o Censo Escolar 2021, 93,6% dos diretores da rede estadual do Rio de Janeiro ingressaram no cargo exclusivamente por meio de eleição, com participação da comunidade escolar. A seleção dos diretores escolares através de eleição é prevista pela Lei 7.299, de 2016. A normativa indica também que os diretores escolares devem realizar, de forma obrigatória, um curso de gestão escolar antes de assumirem o cargo. No entanto, **ainda que haja observância de requisito técnico para assumir o cargo** (o curso poderia ser um pré-requisito para participar do processo eleitoral, isto é, acontecer antes da eleição e não depois) **é importante aprimorar esse processo incluindo outros mecanismos como avaliações/certificação de aprovação no curso, entrevistas por competências e apresentação de plano de gestão**, de modo a atestar a capacidade técnica dos participantes antes do pleito eleitoral

2. Além do aperfeiçoamento dos processos de seleção de diretores escolares, é fundamental garantir **formações considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional** em que se

encontram.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber contínuo suporte da secretaria de Educação. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das 14 Diretorias Regionais e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. Ainda, **é importante que seja constantemente reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas condições para que os currículos da rede sejam implementados em sala de aula, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos.

2. Atualmente, o Rio de Janeiro não possui uma avaliação de aprendizagem em larga escala, já que o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Saerj) foi descontinuado em 2016, sem que houvesse uma avaliação substituta. Também em 2016, foi extinto o Saerjinho, de caráter diagnóstico, que vigorou durante oito anos. Desde então, foram implementadas outras duas avaliações diagnósticas, o Conhecer e a @Saber Formativa, mas ambas sem continuidade. **É fundamental criar um robusto sistema de avaliações externas (contendo avaliações diagnósticas, formativas e somativas), cujas matrizes sejam alinhadas à BNCC e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão**, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Algumas ações importantes são:

1. É fundamental que a secretaria de Educação, em colaboração com as demais áreas envolvidas, garanta a **implementação qualificada da Política Estadual pela Primeira Infância, criada em 2021**

por meio da Lei nº 9.503, reforçando as ações em cooperação com os municípios. Recomenda-se o monitoramento e avaliação de impacto das ações já realizadas no âmbito da política, a fim de aperfeiçoá-la e fortalecê-la. Além disso, **é essencial que seja realizada a plena integração dos programas e planos setoriais**, de modo a garantir que as ações implementadas promovam o desenvolvimento integral na primeira infância.

2. É importante, também, que a política **contemple uma Política Estadual de Apoio à Educação Infantil, buscando apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas**, considerando que as taxas de atendimento de crianças de 0 a 3 anos (36,3%) e de 4 a 5 anos (92,6%) no estado estão abaixo da média nacional (37,9% e 94,2%, respectivamente). Nesse sentido, o apoio da secretaria de Educação aos municípios pode se dar a partir de três eixos: **suporte técnico** (por exemplo, ajudar os municípios a calcular a demanda por Creche, instituir sistemas informatizados de matrículas que organizem as filas e deem prioridades para as crianças mais vulneráveis e oferecer modelo de convênio para aqueles que decidirem seguir esse modelo); **suporte de infraestrutura** (apoiar na construção ou reforma de Creches nos municípios, destinando recursos financeiros, cedendo espaços públicos e doando equipamentos) e **suporte pedagógico** (ofertar formação para professores e gestores, materiais didáticos, avaliações específicas para a etapa, entre outros).

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, o Rio de Janeiro não possui uma política estruturada de alfabetização em regime de colaboração com os municípios. No estado, o principal programa de alfabetização em curso, desenvolvido em colaboração com os municípios, é o Rio + Alfabetizado, que tem como foco a formação dos professores alfabetizadores. Uma ação isolada, ainda que importante, não será capaz de mudar o panorama dos indicadores de alfabetização do estado, que são críticos. **Seria importante investir na construção de um programa robusto de alfabetização em regime de colaboração com os municípios, o que é fundamental para que o estado consiga garantir a alfabetização das crianças na idade certa.** É possível se inspirar em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Ceará (atualmente, 11 estados já vêm implementado políticas nesse formato, tendo como principal referência a experiência cearense). Em termos gerais, essa política consiste em oferecer apoio técnico e pedagógico para os municípios em suas políticas de alfabetização (formação continuada para professores, avaliações, materiais pedagógicos, acompanhamento e apoio das Regionais às gestões

municipais, entre outros) além de mecanismos de incentivos financeiros, tais como premiações para escolas municipais e a implementação do ICMS-Educação.

9) **Anos Finais** - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual do Rio de Janeiro é responsável por 27% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em colaboração com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis). O Rio de Janeiro implementou em 2021 o programa E-Tec - Escola Criativa e de Oportunidades (ECO), que engloba, entre outras ações, melhorias na infraestrutura, modernização tecnológica e mudanças no currículo, a fim incluir temas tais como literacia digital e Educação ambiental. Atualmente, o programa abarca apenas 50 Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) da rede estadual. Além disso, o estado também vem investindo em escolas interculturais (que atendem tanto alunos do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio), caracterizadas pelo intercâmbio e ensino da língua e cultura de outros países. Atualmente, existem 17 escolas com esse formato. **Programas como esses, que visam a inovação pedagógica, devem ser avaliados de forma contínua junto à comunidade escolar e caso apresentem bons resultados educacionais precisam ser reforçados e expandidos nos próximos anos.**

2. **Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante priorizar a expansão das escolas em tempo integral.** Atualmente, 11,9% das matrículas nessa etapa na rede pública do Rio de Janeiro são em tempo integral, índice superior à média do país, que é de 10,4%. Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do estado.

10) **Ensino Médio** - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. O Rio de Janeiro já começou a implementar mudanças previstas para o Novo Ensino Médio. Nesse sentido, **é importante acompanhar e monitorar como está sendo a implementação desse novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Em especial, ressalta-se a importância de **revisitar a parte flexível do currículo frente às recentes definições do Enem**. Por fim, é central manter um diálogo constante com a comunidade escolar para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. No Rio de Janeiro, 28,0% das matrículas de Ensino Médio são vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica (a média no país é de 23,8%). **É fundamental garantir sua expansão, especialmente por meio da integração do EPT às Escolas Integrais de Ensino Médio, nos moldes do CEFET do Governo Federal presente no estado. Para além desta oferta, é necessário investir, no âmbito do Novo Ensino Médio, na implementação do itinerário formativo da Educação Profissional e Técnica**, mesmo em escolas regulares, ampliando as opções de cursos e adequando-os às necessidades econômicas das diversas regiões do Estado.

3. No Rio de Janeiro, em 2021, 14,6% das matrículas do Ensino Médio eram em Escolas Integrais (a média do país foi de 15,5%). Além disso, entre 2020 e 2021 o número de matrículas e escolas nesse formato caiu. Portanto, é **importante retomar a prioridade e acelerar a expansão das escolas de Ensino Médio Integral**. Essa medida pode garantir uma melhoria na qualidade das escolas e abarca boa parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. O Rio de Janeiro vem realizando investimentos importantes em tecnologia nos últimos anos, com destaque para o programa Escola Criativa e de Oportunidades (ECO) e a implantação de salas *makers* nas escolas, o que inclui, além da construção de laboratórios de inovação, a distribuição de kits tecnológicos para as unidades de ensino. Além disso, durante a pandemia foi desenvolvido um aplicativo de aprendizagem (Applique-se) e fornecidos chips com dados móveis para os alunos da rede e recursos financeiros para que os professores adquirissem *tablets* ou computadores. **Iniciativas como essas, de inclusão digital, devem ser reforçadas e expandidas para os próximos anos. Para além**

disso, é fundamental construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para os demais professores e profissionais da Educação.** Atualmente, a secretaria de Educação do Rio de Janeiro conta com uma Coordenação de Educação Especial, que é responsável pela oferta de atividades formativas sobre Educação inclusiva e por viabilizar o acesso, a permanência e aprendizagem dos estudantes com algum grau de deficiência. **Fortalecer essa Coordenadoria é fundamental para o avanço da pauta nas escolas do estado.**
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão;

2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada;
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br